



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E
SOCIAS CURSO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

SAMARINA SILVA CARREIRA

**O BRASIL DIANTE DA DESCOLONIZAÇÃO
AFRICANA:**

CASO ANGOLANO

BRASÍLIA

2008

SAMARINA SILVA CARREIRA

**O BRASIL DIANTE DA DESCOLONIZAÇÃO
AFRICANA: CASO ANGOLANO**

Monografia apresentada como requisito
parcial para a conclusão do curso de
bacharelado em Relações Internacionais do
UniCEUB - Centro Universitário de Brasília
Orientador: Prof. Delmo Arguelhes

BRASÍLIA

2008

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo e Elaine, pelo apoio e incentivo fundamentais, sem os quais a realização deste não seria possível. Apesar da distância, sempre se fizeram presentes, ao longo do curso e nos momentos mais difíceis, uma atenção que não poderia ser de maior estímulo para mim.

Meus sinceros agradecimentos ao professor Delmo, pela paciência e orientação, e ao Rafael, pelo apoio, carinho e compreensão, durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

RESUMO

O esforço realizado nessa pesquisa tem compromisso com a compreensão do posicionamento assumido pelo Brasil, diante do processo de descolonização de Angola, das batalhas, na luta pela independência, até a emancipação política, em meados da década de 1970. Dá-se à investigação acerca da inauguração das relações entre os dois países; em uma época marcada por regime de ditadura militar, com fortes pressões externas e internas, que, de certa forma, apresentava limites às políticas brasileiras de caráter mais independente, sem alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas. A história da política externa do Brasil, a partir da década de 1960, com importantes fatos diplomáticos que envolveram o país com os movimentos de libertação das colônias na África, tem merecido destaque de abordagem, em exame do que ocorreu, com as mudanças promovidas num momento peculiar. Nesse sentido, o acompanhamento do processo de independência angolana, que se deu desde a resolução do Brasil de assumir a inovação de uma Política Externa Independente, em estreitamento de distâncias e criação de novos laços, com outros países, dentre os tantos, os do continente africano, oferece amostra da mentalidade, que abrigava a intenção de abertura para diálogo com os povos da África, que ganhou ênfase com o reconhecimento de Angola, em novembro de 1975, como nação e Estado soberano.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNL – Frente Nacional de Libertação (Vietnã)

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MFA – Movimento das Forças Armadas (Lisboa)

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PEI – Política Externa Independente

UNITA – União Nacional pela Independência Total de Angola

UPA – União das Populações de Angola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. GUERRA FRIA E A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA	10
1.1 A ordem internacional da Guerra Fria	10
1.2 Descolonização africana	15
2. GUERRA CIVIL E INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA	26
2.1 Sobre o país	26
2.2 Introdução histórica	28
2.3 Guerra de libertação e independência em Angola	31
3. O BRASIL DIANTE DA DESCOLONIZAÇÃO ANGOLANA	40
3.1 Política brasileira para a África antes de 1975	40
3.2 Proposta de criação das Representações Especiais em Moçambique e Angola	44
3.3 Abertura da Representação em Luanda	46
3.4 O reconhecimento de Angola independente pelo Brasil	48
3.5 As repercussões brasileiras e mundiais da reconhecida soberania de Angola	50
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Com o intuito de compreender como o Brasil se posicionou ante as tentativas de independência das colônias portuguesas na África, esse trabalho torna objeto de estudo, para melhor aprofundamento de análise, o caminho percorrido pela República de Angola no processo de conquista da soberania do Estado. O ponto de partida é o início da década de 1960, momento onde se dão os primeiros manifestos da geração de uma nova Angola, com seqüência nas lutas anticoloniais, incitadas por grupos de libertação nacional, e conclusão na vitoriosa proclamação da independência, em meados da década seguinte.

Em 1961 iniciou-se a luta armada angolana. Por sofridos quatorze anos de guerra pela emancipação política da colônia, participaram três grupos de guerrilha nacionais, que além da luta contra Portugal, conflitavam entre si, as diferenças ideológicas, étnicas e pessoais se agravaram ao longo dos anos e tornaram ainda mais difícil a conquista do objetivo de liberdade política e rompimento com a metrópole. Próximo o fim da guerra, houve intervenções estrangeiras suficientes para influenciar o conflito, com apoios para os grupos revolucionários, como também para os colonizadores portugueses.

As colônias lusitanas no continente africano foram as últimas a alcançar o sonho da soberania, enquanto os demais casos de ocupação e domínio de terras africanas por países da Europa já eram superados no intervalo histórico entre as décadas de 1950 e 1960. Portugal só iniciou a retirada na década de 1970; o último território deixado foi Angola, declarada a independência no dia 11 de novembro de 1975, após um longo período de luta armada, continuado até mesmo depois da emancipação política.

O Brasil acompanhou os acontecimentos em Angola através das relações desenvolvidas entre ambos os países, o que só foi possível graças à adoção de uma nova política externa. A Política Externa Independente permitiu estreitamento das distâncias

entre os atores e inaugurou laços entre esses e outros mais, nações do continente africano, que em alguns casos ainda eram possessões européias.

Tal postura, pela qual o Brasil já demonstrava inclinação desde o início da década de 1960, fez com que este tomasse a iniciativa de reconhecimento da nação angolana, que só seria elevada à condição de Estado, em 1975, o que simbolizou uma mudança na mentalidade política em relação à África e um grande avanço para as relações brasileiras com os povos do continente.

É centro do primeiro capítulo deste trabalho o esforço de promover entendimento de como se deu o processo de descolonização africana a partir do contexto histórico da Guerra Fria, das grandes transformações ocorridas na época em que a História registra uma ordem mundial marcada pela bipolaridade de eixos: o capitalismo dos Estados Unidos da América versus o socialismo da União Soviética.

No capítulo segundo, tem foco maior a evolução de Angola, de colônia a país, dos movimentos populares dos nativos, na luta pela autodeterminação à eliminação do regime colonialista de Portugal.

Por fim, a contemplação e análise da política externa do Brasil, diante da libertação angolana, com atenção especial à repercussão brasileira e internacional da participação do país latino-americano nesse processo, que compõem o terceiro capítulo, em precedência das considerações finais, dadas às conclusões do intenso estudo e cuidadosa investigação, às últimas páginas desta obra.

O problema acerca do qual esta monografia foi construída reside no empreendimento de esclarecer qual foi o posicionamento adotado pelo Brasil, diante da descolonização de Angola, uma ex-colônia portuguesa, no contexto do regime militar da década de 1970 e analisar as motivações que levaram o Brasil a adquirir uma postura mais

pragmática com relação à África Negra que desencadeou no pronto reconhecimento do governo socialista angolano, em 1975.

1. GUERRA FRIA E A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

1.1 A ordem internacional da Guerra Fria

A ordem internacional da Guerra Fria, época em que Estados Unidos e União Soviética mantinham o mundo sob um sistema de poder bipolar, teve início nos anos finais da Segunda Guerra Mundial e, segundo o autor Saraiva (2001, v.2, p.19), só veio a ser abalada no final da década de 1960 e início da de 1970, quando se iniciou o processo de desintegração das bases de determinação das relações no período vigente.

A partir de 1947, os Estados Unidos, representantes dos interesses capitalistas, eram orientados por uma nova diplomacia, mais especificamente por uma nova doutrina, a Doutrina Truman, cujo principal objetivo era a contenção das tendências expansionistas da União Soviética, estratégia que se alongou em planos econômicos e militares. A meta prevaleceu até meados dos anos 1950, considerado o mais acirrado da Guerra Fria.

Apesar da agitação ocidental com a Doutrina Truman, as reações soviéticas foram lentas. Com um saldo de mais de 20 milhões de mortos na guerra e o desafio de recuperação de sua força, a União Soviética viu na militarização das fronteiras uma saída para suas pendências. Outra resposta soviética à política norte-americana foi a ampliação das zonas de influência soviéticas na Europa do Leste, a chamada sovietação da Europa Oriental, para manter o equilíbrio de poder com os Estados Unidos. O desenvolvimento do projeto nuclear soviético que resultou no experimento da bomba atômica, em 1949, foi a terceira ação soviética diante da política de Guerra Fria iniciada pelos Estados Unidos.

O equilíbrio atômico existente entre as duas superpotências e o progresso das pesquisas espaciais mostravam ao mundo que o embate ‘orientes versus ocidentes’ permanecia equilibrado, ao menos, quanto ao avanço de tais tecnologias. Os dois lados tinham poder de mudar o rumo da História.

Os conflitos da Guerra Fria ocorreram em várias partes do mundo e deixaram claro que as relações internacionais estavam, nesse momento, submetidas aos interesses norte-americanos e soviéticos. No continente asiático não foi diferente. Entre os anos de 1950 e 1953 a região viveu uma fase crítica, a Guerra da Coreia, o maior conflito armado do qual se teve notícia, até a época, desde a Segunda Guerra Mundial. Durante o período, as duas superpotências usaram de todos os esforços para evidenciar o poder de influência na região.

Dividida desde a Conferência de Yalta pelo paralelo 38° Norte, entre soviéticos e norte-americanos, a Coreia se transformou em palco de guerra quando os norte-coreanos – sob influência comunista – invadiram o sul e tomaram a capital Seul, com o intuito de unificar a região que estava sob hegemonia norte-americana.

A reação americana pôde contar com forte atuação das Nações Unidas, que enviou tropas multinacionais sob o comando de oficiais norte-americanos. Logo conseguiram libertar Seul, recuperando a supremacia na região. As forças internacionais continuaram a ofensiva, violaram a fronteira do paralelo 38° e avançaram ao interior da Coreia do Norte, em direção à China.

A China viu-se ameaçada diante da aproximação das tropas internacionais, e resolveu enviar seu exército em apoio à Coreia do Norte. Deu-se início a uma série de

ofensivas militares entre norte-americanos e chineses, que perdurou até 1953, ano que marca a assinatura do armistício de Pan Munjon.

A Guerra da Coréia, conflito típico ao contexto da Guerra Fria, inaugurou o estilo de guerra limitada devido às armas nucleares, e segundo Halperin (2003, p. 184), pela possibilidade da guerra tomar proporções mundiais, tanto os Estados Unidos como a União Soviética, estavam determinados a prevenir que isto ocorresse. O autor afirma que para o presidente Truman, o maior objetivo dos Estados Unidos na Coréia, era o de evitar uma terceira guerra mundial. Naquele momento da Guerra Fria as duas partes estavam cientes que não importava quem desse início a guerra, ambos sofreriam grandes perdas.

A divergência bipolar teve sua fase mais acirrada no período de 1947 a 1955. Em seqüência, houve um abrandamento da ordem bipolar, até o ano de 1968. Saraiva (2001, v.2, p. 19), afirma que “as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável”. Ainda segundo o autor, em meados da década de 1950, a ordem bipolar já se mostrava imperfeita – reflexo das transformações mundiais da época, como o renascimento europeu, a recuperação japonesa, a descolonização afro-asiática e a adaptabilidade Latina. O tempo de flexibilização da ordem bipolar, conhecido por *coexistência pacífica*, era mantido pela tensão gerada da capacidade destrutiva de armas nucleares sob domínio das superpotências, o que evitava um confronto direto entre os dois países.

A coexistência pacífica, no entanto, não foi o fim das disputas entre americanos e soviéticos, mas abriu caminho para entendimentos, como um período de suavização da ordem bipolar. Em meio à coexistência pacífica, emergiram novos focos de

tensão mundial que representavam grande risco não só à aproximação entre os pólos rivais, como também, à paz mundial.

Em pleno período de arrefecimento da Guerra Fria o mundo foi surpreendido pela Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, e pela Guerra do Vietnã, também em 1962.

Quando por parte dos Estados Unidos se deu a percepção da ofensa soviética por armamento nuclear, com mísseis secretamente apontados de Cuba para seu território, apesar da desconfiança gerada em torno da descoberta, por não mais operarem “com os princípios da Guerra Fria dos anos 40 e da primeira metade dos anos 50” (SARAIVA, 2001, v.2, p. 37), não houve uma nova guerra de proporções mundiais.

Em 1963, foi instalada uma linha direta de comunicação entre Moscou e Washington que facilitaria a troca de informações em casos de conflito. Também, partido da iniciativa dos principais envolvidos, deu-se um tratado que banuiu testes nucleares atmosféricos. O então presidente John F. Kennedy assumiu uma política que propiciaria um alívio das tensões: anunciou que estava disposto a ampliar vínculos comerciais com a União Soviética. Somados, tais fatos ajudaram na aproximação dos dois pólos.

Porém, a coexistência pacífica não foi suficiente para impedir que mais um conflito de natureza ideológica pusesse capitalistas e socialistas em campo de batalha. É com clareza que a Guerra do Vietnã exemplifica a questão.

Em 21 de Julho de 1954 a Conferência de Genebra reconheceu a independência do Vietnã. Providencialmente, o Vietnã independente foi dividido em: República Democrática do Vietnã (Norte), socialista, governada por Ho Chi Minh, com

capital em Hanói e República do Vietnã (Sul), pró-capitalista, liderada por Ngô Dinh Diem, com capital em Saigon. Também em Genebra foi estabelecido um prazo para realização de eleições livres, com o objetivo de unificar o país; essas, deveriam acontecer até julho de 1956. Os Estados Unidos estavam cientes de que, se as votações ocorressem, o líder socialista do norte, Ho Chi Minh, assumiria o poder e instauraria o regime socialista em toda a região.

Por evidente motivação, os americanos decidiram apoiar o chefe de governo do sul, Ngô Dinh Diem, que se recusou a organizar as eleições e adotou uma constituição que sustentaria um regime autoritário no sul do Vietnã, em 1956.

Com a divisão da região, guerrilheiros socialistas sul-vietnamitas, conhecidos como vietcongs, organizaram um grupo de resistência, no final de 1960, a Frente Nacional de Libertação (FNL), com o apoio do Vietnã do Norte. No ano seguinte foi criado também o Exército de Libertação.

Em agosto de 1964, navios norte-americanos foram atacados no golfo de Tonkin. Imediatamente houve a resposta americana: pela primeira vez o norte do Vietnã foi bombardeado. No ano seguinte a situação se agravou, tropas de reforço foram enviadas pelos EUA ao Vietnã do Sul. Os Estados Unidos que desde 1962 enviavam tropas militares de apoio para o sul do Vietnã, a partir do Incidente de Tonkin, assumiriam maior envolvimento no conflito vietnamita, aumentando a ajuda militar gradualmente, fazendo com que o contingente atingisse mais de 500 mil homens, em fevereiro de 1968. Toda essa mobilização, para barrar a expansão do comunismo na região.

Em fevereiro de 1968, a FNL, com o apoio do Vietnã do Norte, iniciou uma ofensiva geral e ocupou a maioria das cidades ao sul do Vietnã, essa ação ficou conhecida por Ofensiva do Tet; o episódio teve como resultado a suspensão dos bombardeios americanos e o

anúncio do presidente Richard Nixon, no próximo ano, que previu a progressiva retirada das tropas norte-americanas do território sul vietnamita. Apenas em 1973, Nixon conseguiu o acordo de cessar-fogo e as tropas foram retiradas.

Em 30 de Abril de 1975, as tropas revolucionárias norte-vietnamitas ocuparam a cidade de Saigon, que passou a se chamar Ho Chi Minh em homenagem ao líder socialista, o governo do sul rendeu-se incondicionalmente e enfim o término da guerra é declarado.

Os Estados Unidos saíram da guerra derrotados e humilhados pela opinião pública mundial, os mais de 250 bilhões de dólares gastos no conflito não foram suficientes para que o objetivo americano fosse alcançado. Em 02 de julho de 1976, o Vietnã foi reunificado e se transformou em um Estado socialista, nasceu a República Socialista do Vietnã.

Enquanto o mundo assistia atentamente os passos capitalistas e socialistas no auge da Guerra Fria, muito além das fronteiras estadunidenses e soviéticas, o continente africano vivia um período de intensas transformações.

1.2 Descolonização africana

Sem sombra de dúvida, um dos mais fascinantes acontecimentos políticos da segunda metade do século XX, foi a progressiva conquista da liberdade pelos países africanos, que por muitos anos sofreram com o jugo colonial europeu.

Teorias diversas tentam entender a descolonização do território africano, iniciada à década de 1950. Algumas enfatizam a decadência européia e seus problemas

econômicos, outras ressaltam a importância dos nacionalismos africanos, e uma terceira corrente de pensamento busca na ordem internacional estabelecida pela Guerra Fria as explicações para o fenômeno da descolonização no continente. São esses os sintomas históricos que, juntos, revelariam o decorrer das mudanças em questão. Nenhuma dessas teorias, em conteúdo isolado, apresenta suficiência para explicar a complexidade das transformações ocorridas. Uma justa compreensão dos acontecimentos como, por exemplo, a diversidade dos padrões de transição e os motivos que levaram alguns deles a serem mais violentos que outros, pede avaliação conjunta dos fatores que contribuíram para a independência das colônias na África.

A Europa pós 1945, arrasada economicamente pela Segunda Guerra Mundial, teve de contar com a ajuda dos Estados Unidos e com planos de reconstrução da potência, para reerguer-se. Os europeus, imersos na tarefa de recuperação, iriam reduzir gradualmente sua presença nas colônias, como afirma Hugh Dalton:

A crise econômica e financeira do final dos anos 40 contribuiu, e muito, para a Grã Bretanha sair da Índia, da Birmânia, do Ceilão, da Palestina. A fragilidade econômica e o custo das operações militares capazes de frear os movimentos nacionalistas também aceleraram várias retiradas após 1960 (apud FERRO, 1996, p. 350).

Outro pensamento acerca da descolonização africana ressalta a importância dos nacionalismos para a conquista da independência. É o caso do historiador Joseph Ki-Zerbo, que acredita serem as seguintes causas do despertar nacional: o abalo da Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências, a política dos Estados Unidos e da URSS, a ação da ONU, o exemplo da Ásia e da África do Norte e as contradições internas do colonialismo (1972, v.2, p. 157-165).

Muitos soldados africanos participaram ativamente da Segunda Guerra Mundial, regressaram à África e tomaram parte em movimentos políticos estratégicos de seus

países, colaboraram, assim, para a emancipação africana. Outra consequência da Segunda Guerra foi que a Europa saiu de cena, para dar lugar a dois novos principais atores: EUA e URSS, que, por diferentes razões, condenavam o colonialismo.

A política dos Estados Unidos, originalmente anticolonial e democrática, não permitiu outra atitude senão a liberal diante dos problemas africanos, mantida a crença de que deveriam preencher o espaço abandonado gradualmente na África pelos europeus, em matéria de investimentos, também, para inibir uma aproximação russa no continente. Foram esses os motivos que levaram os Estados Unidos a dar apoio a descolonização africana.

Já a política anticolonial soviética, fundamentou-se em bases ideológicas distintas. Na África, a influência comunista pôde ser notada, inicialmente, “por intermédio dos partidos comunistas dos países colonizadores e dos sindicatos e associações de obediência marxista” (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.161). Com a independência das colônias, essa influência se torna ainda mais evidente e direta.

A Organização das Nações Unidas desempenhou papel fundamental no desenvolvimento do nacionalismo africano. Dentre os objetivos essenciais que unem o grupo de países, aplica-se — ao caso africano — o que propõe o artigo I da Carta da ONU: “Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal.” (Carta da ONU, 1945). Com isso, as Nações Unidas se tornaram um meio pelo qual os menores poderiam falar e serem ouvidos, contribuindo, assim, para o despertar nacional africano.

Tanto a dinâmica de emancipação asiática, quanto a da África do Norte exerceram importante papel de contribuição para o nacionalismo africano. Na Ásia, a derrota

da França no Vietnã pôde ser sentida na África, pois milhares de africanos participaram da luta contra os vietnamitas. A independência da Índia refletiu-se no continente africano, principalmente no que se refere à popularização das lutas políticas pacíficas, a influência de Gandhi acionou reações em todo o mundo.

O líder militar comunista Mao Tsé-Tung, mobilizou um contingente de imensa proporção na China, inaugurando um sentimento de obrigação cívica para com a nação, que uniu o povo na luta ativa para a transformação econômica do país. Os chineses prosseguiram em ajuda à África, orientando por meio de intervenções a tomada de atitude anticolonial no continente.

Na África do Norte os exemplos vieram do Egito de Nasser, com seu militantismo anticolonial e pan-arabista e da Argélia que em 1954 já havia promovido sua luta popular, um episódio épico da história, que inevitavelmente provocou (acionou) o ânimo dos países vizinhos.

O historiador Marc Ferro, diferentemente, expõe que o nacionalismo não foi a única ou a mais importante causa das descolonizações africanas, segundo ele “a descolonização, essa ‘troca de soberania’, não teve como causa exclusiva a luta dos povos por sua libertação” (1996, p. 346). Ele ressalta a importância de outros fatores para a decadência dos impérios europeus, como, por exemplo, o questionamento, na metrópole, das vantagens do expansionismo e da pressão externa, tanto de concorrentes quanto das potências emergentes.

O continente africano foi, durante o período das rupturas coloniais, cenário dos conflitos indiretos da Guerra Fria. Tanto a URSS, como os EUA, por motivos diferentes, apoiavam o afastamento dos países africanos de seus colonizadores europeus. Os EUA,

ausentes nas possessões africanas, tinham uma posição clara a respeito da autodeterminação dos povos, baseada nas idéias da Carta do Atlântico (14 de agosto de 1941), também assinada pelos ingleses. Por sua vez, a URSS se destacaria como apoiadora dos movimentos de libertação nacionais, na oposição ao imperialismo capitalista.

A ONU também teve papel de importância no processo de descolonização afro-asiática, ao dispor participação, com a prática de um sistema internacional garantidor dos direitos humanos, da paz e da segurança internacionais. Os valores da chamada democracia liberal seriam hegemônicos na fundação desta entidade, que teria tradição no reconhecimento de novos Estados oriundos de rupturas coloniais. Os novos Estados africanos seriam membros dessa organização, à medida que conquistavam suas independências nas décadas de 1950, 1960, até meados da década de 1970.

Em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, debateu os problemas do Terceiro Mundo e a questão do não-alinhamento. Reuniu vinte e nove nações afro-asiáticas, que declararam apoio ao anticolonialismo e necessidade de combate ao racismo e ao imperialismo. Como a África ainda estava iniciando seu processo de ruptura colonial, só estiveram presentes em Bandung seis países do continente africano.

Bandung foi importante por apresentar ao mundo um novo grupo de países, não alinhados, o denominado Terceiro Mundo, que iria começar a manifestar seus interesses na arena internacional, buscando uma forma de inserção “mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente” (SARAIVA, 2001, v.2, p. 50). Porém, o historiador Marc Ferro coloca a representatividade internacional do Terceiro Mundo de outra maneira. Ele propõe que “até então, e em especial na conferência de Bandung, sua especificidade se consolidara mais para explorar a rivalidade entre Estados Unidos e URSS, e não tanto para afirmar sua

identidade e legitimar um desenvolvimento próprio” (1996, p.366). Por esse motivo, ele acredita que o nascimento do Terceiro Mundo se deu com a ocasião da Crise de Suez, quando o Egito conseguiu expulsar Britânicos e Franceses de sua região, retomando o domínio sob o Canal.

A Crise de Suez foi um acontecimento de suma importância para o fim da era das colônias. Foi essa crise que marcou a ascensão dos Estados Unidos e da URSS como novos ‘governantes mundiais’, esses, agiram pela primeira vez em conformidade, para derrubar o velho colonialismo europeu. Dentre as consequências, houve a queda dos Impérios Francês e Britânico e o surgimento de um novo ator nas relações internacionais: o Terceiro Mundo.

O Canal de Suez, empreendimento franco-britânico do século XIX, que representava uma importante rota comercial da Grã-Bretanha, foi nacionalizado pelo presidente do Egito, Gamal Nasser, em julho de 1956, o que causou uma série de reações na França e no Reino Unido.

O Reino Unido, por sentir-se em ameaça, viria, então, a desenvolver um plano secreto com França e Israel, para uma invasão militar do Egito e uma reocupação do canal. Israel via nesse plano uma forma de reagir às invasões egípcias à fronteira de Gaza, estava, por tanto, motivada, a unir forças com os demais países nessa conspiração, pelo pretexto, para a invasão Anglo-francesa.

Assim que os Israelenses avançaram na direção do Canal de Suez, britânicos e franceses alegaram necessidade de intervenção, para a prevenção de quaisquer perigos aos quais poderia estar exposta a região. O Conselho de Segurança das Nações Unidas

rejeitou a justificativa, demandando um cessar-fogo imediato, porém Reino Unido e França usaram seus poderes de veto para prevenir o cessar-fogo.

O Secretário Geral da ONU determinou a partida de missões de paz para o canal, de modo que ingleses e franceses não teriam justificativas para intervir. Uma resolução na Assembléia Geral autorizou a ida da força de paz para o local. Pela primeira vez EUA e URSS votariam a favor do mesmo interesse no Conselho de Segurança.

O Reino Unido e a França tiveram de aceitar o cessar-fogo, pois a presença das forças de paz da ONU na área do conflito mantinha Israel e Egito separados e protegia o Canal.

A Crise de Suez marcou o declínio da influência imperial da França e do Reino Unido na região, abriu margem para a renúncia do Primeiro Ministro Britânico e contribuiu para a independência de uma série de colônias britânicas. Como afirmou o historiador Marc Ferro “para a Grã-Bretanha, a crise de 1956 mostrou que, doravante, ela perdera seu estatuto de grande potência e não podia mais agir sem o aval dos Estados Unidos” (1996, p.365).

O movimento de independência teve início na África ocidental britânica, foi Gana o primeiro grande exemplo do renascimento político da África Negra em 1957, a onda de libertação se espalhou em pouco tempo, por todo território francófono e Belga, para, depois, se estender aos territórios britânicos da África oriental e central. Por fim, a descolonização chegou aos territórios de posse portuguesa, também, à Rodésia e à África do Sul.

Foram diversos os padrões de transição da condição de colônia para Estado independente. A maior parte das rupturas coloniais aconteceu de duas formas: a partir de lutas populares anticolonialistas, geralmente com o uso da força, ou de acordos que evitavam os traumas da violência e garantiam algum vínculo com a ex-metrópole, o que foi freqüente nos casos das colônias britânicas.

Na África Ocidental Britânica houve uma transição gradual, pacífica, com certa cooperação entre as partes (metrópole - elite-local), na maioria dos casos. Gana era uma das colônias britânicas localizadas no ocidente africano e foi o primeiro país negro a libertar-se do jugo colonial, início de um ‘efeito dominó’ nos demais territórios sob o domínio da Grã Bretanha na região.

O Governo Britânico sabia que seria impossível, depois da conquista de Gana e da Crise de Suez, manter domínio sob a Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia, que, mais tarde, conquistaram suas independências de forma pacífica. Tanto em Gana, como nas outras ex-colônias britânicas, o processo de libertação foi marcado pela ação dos intelectuais, presentes nos fortes partidos políticos, em conjunto com os sindicatos e movimentos populares, que envolviam, sobretudo, um grande sentimento nacionalista e pan-africanista.

Apesar das descolonizações terem iniciado na África ocidental, sem necessidade do uso excessivo da força, houve, em várias partes da África, transições traumáticas. Como ocorreu no Congo Belga, um dos processos de descolonização mais sangrentos da África. O conflito assumiu proporções dramáticas, ao ponto de se tornar uma crise internacional, com envolvimento das superpotências e de países europeus.

O Congo Belga, posteriormente chamado de Zaire, hoje, a República Democrática do Congo, tornou-se colônia da Bélgica em 1908, e, por dispor de importantes

riquezas minerais, logo atraiu interesses capitalistas para a região. Os belgas, conscientes da relevância econômica da colônia, iriam reagir fortemente contra os movimentos nacionalistas no Congo, que ganharam intensidade, em meados da década de 1950.

Dos movimentos nacionais surgiu um novo líder negro e socialista, Patrice Lumumba, que na Conferência Pan-Africana dos Povos, ocorrida em Acra, no ano de 1958, realizou um discurso anticolonialista que lhe conferiria prestígio e fortaleceria a causa de seu país.

Os confrontos entre nativos e colonos belgas se intensificaram até a conquista da independência, em 30 de junho de 1960. Mesmo após sua independência, o Congo continuou a sofrer com a guerra civil. Segundo o historiador Marc Ferro “em 1960, não havia mais Estado, e também não havia nada em seu lugar. Inaugurava-se um período de conflitos, de violências inacreditáveis” (1996, p. 378). Para piorar a situação, a província de Katanga foi declarada independente. Seu líder, Möïse Tchombé, recrutou mercenários brancos (belgas, ingleses e franceses) na luta pela secessão. A região era uma imensa área, abundante em minérios preciosos, dominada por sociedades financeiras internacionais e uma zona de grande interesse estratégico do Ocidente. Essa independência aumentou as hostilidades na região, já que o Congo seria privado das suas maiores e mais importantes riquezas (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.238).

Lumumba se tornou primeiro-ministro do Congo independente e Kasavubu foi eleito presidente da República. Devido aos contínuos conflitos entre o novo governo e as províncias separatistas, Lumumba solicitou a intervenção militar da ONU e da URSS, ação que levou os Estados Unidos a apoiarem o coronel Joseph Mobutu na realização de um Golpe de Estado, que suspenderia o governo parlamentar. No entanto, a tentativa de golpe fracassou

e o governo foi devolvido ao presidente Kasavubu. Em 1965, o exército interveio, mais uma vez, e Mobuto foi nomeado presidente da República do Congo, que passou a se chamar Zaire e teve seu governo reconhecido internacionalmente.

Com o crescimento do socialismo entre os países vizinhos no período da Guerra Fria, para a manutenção de interesses capitalistas na região, muitos países ocidentais, como Bélgica, França e Estados Unidos, apoiaram o regime ditatorial e sangrento de Mobuto.

Com relação à África portuguesa, uma outra postura caracterizou a transformação das colônias em Estados independentes. Os domínios portugueses só se emancipariam na década de 1970, mais especificamente, como resultado da Revolução dos Cravos Vermelhos.

A Revolução dos Cravos Vermelhos aconteceu em Lisboa, em 25 de abril de 1974. Foi um Golpe de Estado do Movimento das Forças Armadas de Portugal — constituídas em maioria por jovens oficiais — para derrubar a ditadura salazarista, regime instaurado em meados de 1920. Esse acontecimento só foi possível porque os combatentes lusitanos enfrentavam uma situação complicada nas colônias da África. Para esses militares, a guerra colonial já não oferecia uma forte expectativa de êxito. Eles tinham em mente que a derrota para os movimentos de libertação nacional, iniciados em Angola e Moçambique, à década de 1960, era uma questão de tempo. Chaliand ressalta:

O fascismo português, apesar de suas declarações e de seu esforço de guerra, e de ser considerado durante muito tempo como vitorioso por seus aliados da OTAN, principalmente pelos Estados Unidos, terminou por se exaurir economicamente ao longo dos anos. O exército português reconheceu, mesmo ao nível dos estados-maiores, o impasse político-militar a que chegara o país. O golpe de estado de Lisboa foi antes de tudo a vitória dos movimentos combatentes das colônias portuguesas (CHALIAND, 1980, p.42).

O governo português alocou grande parte de seu Produto Interno Bruto para as Forças Armadas conterem os movimentos de emancipação em Angola, Moçambique e Guiné, e os responsabilizava pelo mau desempenho nos confrontos. Acrescenta Chaliand: “Do lado português o esforço de guerra levou Lisboa a mobilizar até 175 000 homens, e o orçamento militar atingiu, progressivamente, a metade do orçamento nacional, enquanto a duração do serviço militar, a partir de 1967, se elevou a quatro anos.” (CHALIAND, 1980, p.41).

2. GUERRA CIVIL E INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA

A primeira luta armada contra a presença estrangeira em Angola ocorreu em 1491, quando os nativos se recusaram a “receber o batismo e as novas leis impostas pelos missionários e pelos militares vindos de Portugal” (BOAVIDA, 1967, p.34). Daí então, durante os cinco séculos de exploração portuguesa, os angolanos não pararam de reagir contra a invasão forasteira.

Ainda segundo Boavida, a natureza histórica da guerra em Angola alude às lutas de classes, onde um grupo prostrado lutou contra uma minoria opressora. Uma luta contra as relações trabalhistas injustas, entre escravos e escravagistas, trabalhadores forçados e colonos donos de terras, de operários e seus patrões. Tratou-se de uma guerra contra o sistema colonial europeu e seus interesses econômicos egoístas (1967, p.53).

O povoamento e o genocídio, duas características marcantes no colonialismo português, acentuaram-se, com o aparecimento do Estado Novo português em 1928. Em Angola, a luta pela conquista da independência foi muito mais violenta que nas outras colônias portuguesas, devido ao longo tempo de presença lusitana no território e a uma ocupação bastante intensa, pois se tratava da colônia mais importante, em termos estratégicos e econômicos, para Portugal.

2.1 Sobre o país

Angola está localizada na costa ocidental do sudoeste africano, desfruta de um litoral com 1.650 km, banhado pelo oceano Atlântico. Possui uma extensão territorial de 1.246.700 km², limita-se ao norte com a República do Congo e República Democrática do Congo, a leste com a República Democrática do Congo e República da Zâmbia e ao sul com a

República da Namíbia. Suas fronteiras terrestres chegam a 4.837 km. O país divide-se em 18 províncias e sua capital é a cidade de Luanda.

No ano 2001, a população de Angola era de 13.500.000 habitantes, desse total, 34% viviam em áreas urbanas e 53% eram economicamente ativos.

É uma nação constituída por diversos povos, etnias e culturas. Há cerca de dez grupos étnicos; os três principais são os Ovimbundos, os Kimbundos e os Bakongos. Com essa diversidade étnica, Angola conta, também, com uma grande variedade de línguas nacionais; dentre as mais importantes, estão o umbundo, o kimbundú, o cokwe e o kikongo, contudo, possui apenas o português como idioma oficial.

As riquezas do país são essencialmente minerais, com destaque para o petróleo, cujas reservas estão entre as mais importantes ao sul do Saara, e os diamantes, uma das maiores jazidas do mundo. Importantes, também, são as reservas angolanas de minério de ferro, manganês, cobre, magnésio e ouro. Essas matérias-primas foram responsáveis pelo valor econômico atribuído a Angola na época da dominação colonial europeia na África.

A África Austral, região onde se situa, é a mais rica em recursos minerais do continente e logo atraiu interesses das grandes e médias potências, bem como das potências regionais. Como afirma Chaliand:

Centro de interesse geopolítico e econômico vital para a Europa ocidental, centro de interesse regional importante – no que se refere à zona austral – para os Estados Unidos, centro estratégico para a URSS, a África interessa também à China e ao Japão (CHALIAND, 1980, p.19).

2.2 Introdução Histórica

Vestígios arqueológicos encontrados na região confirmam que o território angolano já era habitado na pré-história. Milhares de anos mais tarde, povos conhecidos como “Bantu” chegaram à região, instalaram-se e geraram, ao longo de muitos séculos, diversos grupos que se estabilizaram em etnias, existentes ainda hoje.

No século XIII, surgiu a primeira grande unidade política do sudoeste da África, o Reino do Congo, que compreendia, entre outras áreas, a parte norte da atual Angola. Antes da chegada dos portugueses, a região era habitada por tribos que praticavam agricultura, criavam animais e pagavam tributos ao Reino.

As primeiras caravelas portuguesas desembarcaram no Reino do Congo em 1482, conduzidas por Diogo Cão. Rapidamente, os portugueses estabeleceram relações com o reino do Congo. O Rei do Congo oferecia a Portugal, escravos, marfim e recursos minerais. Através desse primeiro contato, os portugueses iniciaram suas ocupações pela região angolana que era integrada ao reino do Congo.

A colonização de Angola por Portugal começou a se estabelecer em 1535, com a chegada de Paulo Novais, mais cem famílias de colonos e quatrocentos soldados. Em 1592, uma administração colonial foi criada, dirigida pelo governador-geral Francisco de Almeida.

Aos poucos as distintas regiões do território se desenvolveram e evoluíram economicamente, com a valorização crescente do comércio e da produção. Os estados guerreiros se transformaram gradualmente em estados comerciais.

Os estados do Bié e do Bailundo, localizados no planalto, progrediram, com a produção de bens alimentares e borracha. No entanto, a colônia, mais poderosa que antes, não permitiu que essas regiões se desenvolvessem de forma autônoma, e tomou para si o controle desses estados.

Na primeira metade do século XVII, os portugueses tiveram seus poderes sobre a região reduzidos com a ocupação de Portugal pelos espanhóis, que ficaram com as terras do além mar. Os holandeses se beneficiaram dessa situação e tomaram Luanda em 1641, como afirma Ki-Zerbo (1972, v.1, p.426). A Rainha Jinga, do Reino Ndongo, experiente em formar coligações entre reinos e empenhada em afastar os portugueses de seu território, fez dos holandeses seus aliados na luta contra a presença lusitana.

O recuo português durou até 1648, quando Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro e traficante de escravos, conseguiu, com sua grande esquadra vinda do Brasil, retomar Luanda e áreas próximas, fato que desencadeou a volta maciça dos portugueses e debilitou as forças autóctones. Portugal não teve outra opção, senão a de contar com a ajuda de sua outra colônia, o Brasil, para auxiliar com a situação angolana.

O mais interessante desse acontecimento é que a partir dele, Angola tornou-se uma espécie de “colônia de outra colônia”, como bem coloca Ki-Zerbo (1972, v.1, p.426). A maioria dos altos funcionários que chegaram a Angola, a partir daquela data, eram oriundos do Brasil. Com a incursão em Angola dos portugueses chegados do Brasil, o tráfico de escravos ganhou força e o monopólio dessa prática, após a reconquista, passou a pertencer ao Rio de Janeiro.

No século XVIII, Angola seguiu como a principal fornecedora de escravos para o Brasil. Luanda, o maior porto negreiro da África Negra, chegaria a enviar “mais de trinta mil escravos por ano, sobretudo para o Brasil” (KI-ZERBO, 1972, v.1).

A colonização do interior só se iniciou no século XIX, após a independência do Brasil, em 1822, e o fim do tráfico negreiro, dado em 1836. Esta ocupação foi uma resposta à intenção de outras potências européias de exploração da região.

As fronteiras oficiais da colônia portuguesa só foram estabelecidas com a Conferência de Berlim (1884-1885).

Em 1844, os portos de Angola foram abertos ao comércio internacional. A estratégia econômica do final do século XIX baseava-se essencialmente na exportação de produtos primários.

No início do século XX, após a implantação da república em Portugal, ocorrida em 1910, a colonização portuguesa entrou em uma nova fase. Os republicanos, que criticavam os monarcas pelo abandono das colônias, optaram pelo desenvolvimento de Angola, ainda que de forma bastante lenta. A nova fase permitiu a criação de escolas de ensino religioso e o início da exploração intensiva de diamantes.

Segundo Ki-Zerbo (1972, v.2, p.135), a partir de 1910 foi dado maior poder aos governadores locais das colônias, e foi concedida autonomia financeira às possessões portuguesas de Angola e Moçambique.

Em 1930, o Ato Colonial, concedeu à metrópole o controle político e econômico total das colônias, pôs um fim, através da publicação de decretos e leis, para as

atividades de comércio e manufaturas tradicionais. A população a sofreu com a obrigada dependência de produtos europeus.

O desenvolvimento econômico crescente foi possível, graças à exportação de produtos como o café, sisal, cana de açúcar, milho, entre outros, no final da década de 1930. O desenvolvimento dessas culturas foi acompanhado pelo aumento do número de imigrantes europeus. Entre 1900 e 1930 chegaram a Angola cerca de vinte e um mil imigrantes. O povoamento europeu só cresceu e chegou a triplicar no período de 1950 a 1960.

Em 1951, as colônias portuguesas passaram a ser denominadas províncias ultramarinas. Foi uma medida tomada por Portugal, para tentar se esquivar da pressão internacional, especialmente da ONU, que era favorável a independência das colônias. Com essa estratégia, Portugal afirmou que as províncias faziam parte do Estado Português e, portanto, indivisíveis; a metrópole negou-se a entregar à ONU informações relativas às colônias que auxiliariam o processo de descolonização; além disso, alegava que “a intromissão nos problemas de ultramar significaria um atentado à soberania portuguesa” (HIRSON, 1979, p. 06).

Na década de 1950, se iniciou em Angola, a formação dos primeiros movimentos nacionalistas e a organização de grupos políticos mais ativos, que começaram a clamar por liberdade. Essa movimentação política anticolonialista, nas décadas de 1950 e 1960, não foi exclusivamente angolana, se deu em boa parte da África colonizada.

2.3 Guerra de libertação e independência em Angola

Os principais grupos políticos envolvidos com a insurreição angolana foram o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UPA (União das

Populações de Angola), que em 1962 passou a ser chamada FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

O MPLA, fundado em 1956, era constituído por grupos de esquerda e intelectuais. Seus líderes eram Viriato da Cruz e Agostinho Neto, nomeado presidente do partido em 1959 (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.282). Seus dirigentes eram em maioria ‘assimilados’ (indígenas reconhecidos como civilizados pelo governo português) e mestiços, composição criticada pela UPA de Holden Roberto, que possuía base fundamentalmente camponesa (CHALIAND, 1980, p.84).

A UPA, instituída em 1954, era dirigida por Holden Roberto, da tribo Bakongo, e se opunha ao MPLA, que por sua vez, criticava a UPA, com a alegação de que essa se tratava de uma organização muito conservadora, e, também, por ser ligada aos Estados Unidos (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.278). Em 1962 a UPA tornou-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Em 1966, nasceu a UNITA, comandada por Jonas Savimbi, um ex-membro da UPA, que se desligou do partido por acreditar que o líder Holden Roberto era racista, tribalista e agente dos Estados Unidos. Depois de passar pelo MPLA e de ter feito um estágio na China, fundou seu próprio movimento, com o apoio do povo de sua tribo, os Umbundos (KI-ZERBO, 1972, v.2, p. 283).

Os três grupos, FNLA, MPLA e UNITA, além da luta contra o domínio português em Angola, combatiam entre si, por possuírem desavenças culturais, étnicas, pessoais e ideológicas (CHALIAND, 1980, p.85), o que favorecia, e muito, a metrópole, no empenho para debelar as revoltas.

Os conflitos começaram a tomar proporções drásticas em 1961. Em 04 de fevereiro desse ano, uma multidão de africanos dos bairros pobres de Luanda pertencentes ao grupo militante MPLA, invadiu a prisão da capital com o fim de libertar presos políticos, antes que os portugueses os mandassem para outros países ou os matassem. Os atacantes foram repelidos severamente e muitos foram assassinados. Após outras duas tentativas de invasão, sem sucesso, milícias de brancos vingaram-se com a invasão dos bairros negros e o assassinio de mais africanos (DAVIDSON, 1972, p.241).

Em 15 de março do mesmo ano, foi a vez do norte de Angola ser palco de mais uma insurreição africana. Os africanos pobremente armados atacaram as fazendas de café ocupadas por europeus. Diferentemente das revoltas anteriores, nas quais não houve morte de civis pelos africanos, no ataque aos fazendeiros portugueses, homens, mulheres e crianças foram assassinados e mutilados. Além de europeus, também foram mortos ‘assimilados’, negros ou mulatos que eram considerados agentes dos portugueses. Essa revolta foi organizada pelos guerrilheiros da UPA (DAVIDSON, 1972, p. 248).

Não demorou para que o governo português contra-atacasse com meios muito mais destrutivos que os usados pelos angolanos. Foi posto em ação um contingente de vinte a trinta mil soldados. Houve também a ofensiva por ataques aéreos de aviões, recebidos dos aliados de Portugal na OTAN, com o lançamento de bombas de napalm e perseguição aos grupos de guerrilha. Os africanos instruídos eram os mais perseguidos. Aldeias inteiras destruídas, execuções em massa com decapitações e exposição dos crânios em estacas, faziam parte das atrocidades cometidas na guerra.

As perdas do lado africano, após a revolta do norte, foram assustadoras: cerca de cinquenta mil mortos, quando os guerrilheiros em ação, segundo Ki-Zerbo, não

passavam de dez mil. Do lado português, os números foram bem menores, algo em torno de dois mil mortos (1972, v.2, p.276).

Com o crescente avanço das hostilidades, eram freqüentes os massacres de civis negros por grupos de extrema direita, que defendiam a manutenção da colônia, e os assassinatos dos portugueses por grupos nativos rebeldes.

Com o aumento da repressão portuguesa, cresceu também a quantidade de refugiados no Zaire (atual República Democrática do Congo), Ki-Zerbo afirma que trezentos mil angolanos buscaram abrigo nesse país (1972, v.2, p.277). Porém, infelizmente, nem todos os angolanos que tentaram chegar ao Zaire tiveram sucesso; a grande maioria morreu no caminho. Vários eram os empecilhos à chegada no país vizinho.

Dentre as dificuldades enfrentadas na busca de refúgio, no trajeto estavam as minas, um perigo constante no percurso feito a pé, os ataques aéreos e de pára-quedistas e os não raros encontros com soldados portugueses, que metralhavam grupos inteiros de emigrantes, assim que os avistavam. Ficar em Angola se tornou uma tarefa impossível, faltava comida, já que as hortas eram incendiadas, e não existia segurança, pois eram realizados ataques diários aos esconderijos, o que obrigava os angolanos a viver como nômades.

Para os portugueses, as explosões nacionalistas africanas eram incitadas por grupos comunistas externos. Foi o suficiente para atrair o apoio norte-americano para a causa lusitana. Os missionários, especialmente os protestantes, também eram acusados de fomentar o nacionalismo, motivo pelo qual muitos desses foram mortos, presos ou expulsos de Angola. A propaganda portuguesa sustentava que os guerrilheiros eram ludibriados por pessoas que se diziam profetas e catequistas sem caráter.

Para Portugal, era de extrema importância a conservação da colônia angolana. O petróleo, o diamante e os minérios de ferro que Angola produzia, eram fundamentais para a manutenção da fraca economia portuguesa. Por isso, o governo português resistiu severamente às pressões internas e externas que demandavam independência.

Para amenizar o desconforto causado pelos levantes ocorridos no início de 1961 e desencorajar o apoio popular, tão importante para as guerrilhas, Portugal providenciou alterações nos seus estatutos, sobretudo no ‘estatuto indígena’, ao qual eram subordinados os nativos. Dentre as medidas tomadas, estavam a supressão do trabalho forçado, a criação de uma inspeção do trabalho, a supressão do indigenato, a generalização do estatuto de cidadão, entre outras; na realidade, as alterações legais em nada mudaram as condições de trabalho dos angolanos, continuou a exploração, os trabalhos compulsórios e as discriminações racistas e culturais do estatuto (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.279).

Segundo Chaliand, em 1963, com dirigentes exilados, o MPLA, sofreu uma primeira crise, o movimento apenas readquiriu ordem em 1964/1965, sob a direção de Agostinho Neto, que logo implantou guerrilhas na região de Cabinda, ao norte. Em 1966, o MPLA anunciou a abertura de uma nova frente, no leste do país, o que só foi possível devido às bases que o grupo mantinha no território da Zâmbia (1980, p.84).

A UNITA fixou-se ao sul de Angola, entre os anos de 1969 e 1971, com o apoio constante dos sul-africanos, que forneceram armas e homens ao grupo.

As divergências entre os três movimentos continuaram, até houve iniciativa de reconciliação entre o MPLA e a FNLA, pela OUA (Organização da Unidade Africana), porém, sem obtenção de sucesso. Os conflitos internos, além de atrapalharem a conquista do objetivo comum, o da libertação nacional, provocaram a intervenção estrangeira no conflito.

Outros países iriam apoiar as diferentes partes no conflito, de diferentes maneiras, sempre com o intuito de defender interesses estratégicos na região.

O MPLA se beneficiou com o apoio da União Soviética e da Iugoslávia, países socialistas, que forneceram armamentos, a Zâmbia cedeu território para o grupo utilizar como base e campo de treinamento, Cuba ofereceu ajuda militar e política; o FNLA teve apoio do Zaire, com bases militares e tropas mercenárias; a UNITA recebia da África do Sul, material bélico e soldados; Portugal contou com a ajuda dos países membros da OTAN, que colaboraram com equipamentos militares modernos. Participaram também os Estados Unidos em financiamento e fornecimento de armas para Portugal, FNLA e UNITA, e a China, que apoiou outras duas partes, a FNLA e a UNITA.

Com o prolongamento da guerra, Portugal gradualmente perdeu o apoio de sua população, assustada com o aumento dos custos econômicos e políticos e pelas perdas humanas que o conflito proporcionou. O número de portugueses mortos em conflito, segundo Francis Toase, chegou a 11.000, em 1974. Em agravamento à situação, mais da metade do orçamento português foi destinado às forças armadas, o que reduziu ainda mais a qualidade de vida dos portugueses, que já não tinha um padrão elevado (TOASE, 1984, p.539).

Passados treze anos de guerra, não foram o descontentamento popular, nem a derrota do exército de Portugal fatores de contribuição inicial para a emancipação de Angola, mas, sim, um Golpe de Estado, organizado pelo Movimento das Forças Armadas em Lisboa. Os militares portugueses derrubaram o regime ditatorial de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, e reconheceram o direito dos povos das colônias africanas à autodeterminação e independência.

São Tomé Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique conseguiram independência antes de Angola. Nessas outras possessões portuguesas, a transição foi bem mais tranqüila. A vantagem na luta pela liberdade nesses territórios foi não haver luta entre os movimentos populares internos, como ocorreu em Angola. Cada uma das ex-colônias possuía apenas um grupo que reivindicava o poder com Portugal.

Em Moçambique, a transição foi facilitada pela reunião das forças nacionalistas em um só partido, a FRELIMO, a partir de 1969. O arquipélago de Cabo Verde uniu-se à luta pela independência da Guiné Portuguesa (Guiné-Bissau), constituíam Estados separados, mas dirigidos pelo mesmo partido, o PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Em São Tomé e Príncipe, a emancipação ocorreu em 12 de julho de 1975 e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe assumiu o governo como partido único (MLSTP).

Depois da Revolução dos Cravos Vermelhos, como ficou conhecido o Golpe de Estado que acabou com a ditadura de Estado Novo e lançou como palavras de ordem “Democracia no nosso país, descolonização em África” (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.280), foi assinado o Acordo de Alvor, em janeiro de 1975. Firmado entre Portugal e os movimentos nacionalistas angolanos, o acordo previa uma data para a independência de Angola, 11 de novembro de 1975, e estabelecia uma aliança entre os três grupos, para o governo na transição para a independência. Não satisfeitas, poucos meses após a assinatura, as três guerrilhas entraram novamente em conflito, “a instalação deste governo fantasista foi o ponto de partida para o caos” (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.283). Tanto o MPLA como a FNLA, os movimentos mais ativos, temiam as eleições pela impressão de que não iriam receber apoio necessário, por isso contrariaram a ocorrência do estabelecido em acordo. Apenas a UNITA concordava com a realização das votações, como afirma Ki-Zerbo: “apenas a UNITA,

invadida pelos Brancos como cavalo de Tróia para se perpetuarem em Angola, insistia em eleições” (KI-ZERBO, 1972, v.2, p.283)

Mais uma vez, guerrilheiros revolucionários se viam envolvidos em guerra civil, com muitos assassinatos e violência. A FNLA e a UNITA se uniram e realizaram uma série de ataques contra o MPLA, em Luanda, o que gerou uma tensa disputa pelo controle da capital. Entre abril e maio de 1975, de acordo com Ian Beckett, cerca de setecentas pessoas morreram em Luanda, em decorrência de choques entre a FNLA e o MPLA (1984, p.544). Depois de vários dias de confronto, o MPLA conseguiu expulsar os seus inimigos da capital angolana.

Entre setembro e outubro de 1975, o Zaire, interveio a favor do FNLA e invadiu Angola pelo Norte, enquanto a África do Sul, em apoio à UNITA, atacou ao sul, com o intuito de barrar qualquer tentativa do MPLA de proclamar a independência sob o seu governo. O objetivo sul-africano era tomar o controle de Luanda antes do dia da independência.

O governo português, diante dos conflitos internos declarou que não faria uma transferência formal do poder e apenas deixaria o país na data acordada. Em 11 de novembro de 1975, dia previsto para o término da dominação colonial, o MPLA proclamou a independência em Luanda, depois da retirada das autoridades e últimas tropas portuguesas.

O novo governo conseguiu derrotar os sul-africanos, graças ao apoio de Cuba, que enviou para Angola um corpo expedicionário com cerca de 7000 homens, a operação ficou conhecida em Cuba por ‘Operação Carlota’. Para o historiador Joseph Ki-Zerbo “constituiu uma manifestação histórica de internacionalismo” (1972, p.284).

Em 1976, as Nações Unidas, assim como vários países africanos, reconheceram o governo do MPLA como a legítima representação de Angola. No mesmo ano, o Congresso norte-americano suspendeu o financiamento à FNLA e à UNITA e os sul-africanos, sozinhos na guerra contra o MPLA, acabaram por retirar suas tropas do território angolano.

3. O BRASIL DIANTE DA DESCOLONIZAÇÃO ANGOLANA

3.1 Política brasileira para a África antes de 1975

É importante posicionar o reconhecimento de Angola independente pelo governo brasileiro como um ato excepcional em 1975. O Brasil sofria um período de ditadura, com conseqüentes limitações impostas à política externa nacional, numa década de incertezas políticas e de grandes indefinições na ordem internacional, pois, o mundo, ainda sofria com as tensões ideológicas da Guerra Fria. Para melhor compreensão da particularidade que se deu na política externa do início da ditadura militar, é necessária uma recapitulação da política brasileira para a África nos anos que antecederam o reconhecimento.

A política externa brasileira até início da década de 1960 era essencialmente uma política de alinhamento automático às potências ocidentais. Essa situação não colaborava com o desenvolvimento de uma política em relação à África Negra, que, a partir desse período, caminhava para a independência.

Com relação a Portugal, a atitude complacente era a mesma: o Brasil assinou, em 1953, um Tratado de Consulta e Amizade com Portugal, que estabelecia necessidade de comunicação entre brasileiros e portugueses, antes que qualquer decisão fosse tomada a respeito de assuntos externos que envolvessem os dois países. O Brasil também acompanhava Portugal na ONU, sempre com votos favoráveis à postura lusitana, inclusive no que se referia ao colonialismo português. Esse acordo tácito entre Brasil e Portugal na ONU, causou o afastamento brasileiro das posições norte-americanas na Organização.

A partir de 1961, com a Política Externa Independente (PEI), nome que recebeu a política exterior do Brasil do período de 31 de janeiro de 1961 a 31 de março de 1964, nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, houve uma série de mudanças na elaboração das políticas internacionais. Segundo Bueno, apesar de ter renovado a política

exterior brasileira, a PEI não rompeu com as idéias do nacional-desenvolvimentismo-populista dos governos anteriores (2002, p. 309).

Dentre os princípios da PEI estavam: expandir as relações internacionais do Brasil a países que se encontravam fora do eixo ocidental; desenvolver uma atuação imparcial, sem compromissos ideológicos; dar destaque às relações mundiais entre o Norte e o Sul e não mais entre o Leste e o Oeste; interesse numa maior participação brasileira nas decisões em âmbito mundial; aceitação dos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção; adoção de uma nova estratégia de aproximação do continente africano.

Com relação à política brasileira para a África, diferentemente dos governos anteriores, Jânio Quadros deu atenção especial a essa região e decidiu que fosse feita uma revisão da política nacional para o continente africano. Foi criado o Grupo de Trabalho para a África no Itamaraty, em março de 1961, com o intuito de fortalecer as relações diplomáticas com os novos Estados africanos e foram firmados diferentes acordos nas áreas comercial, econômica e cultural, aumentando, ainda mais, a aproximação com os povos africanos. Bueno afirma:

Para o presidente Jânio Quadros, o apoio que o Brasil dera até então ao colonialismo na ONU fora uma “equivocada posição” que suscitava “um descrédito justificável da política brasileira”. O Brasil deveria ser o elo de ligação entre a África e o Ocidente. A mudança de posição a respeito seria uma necessidade, até porque consultava os interesses nacionais (BUENO, 2002, p.315).

O governo demonstrou a intenção de se desvencilhar da delegação portuguesa na ONU e favorecer o anticolonialismo, porém, na prática, o Brasil não ia além dos votos de abstenção, quando o assunto era a independência das colônias portuguesas. Havia o receio de que uma posição contrária a Portugal pudesse comprometer as relações entre os dois países. Esse posicionamento do Brasil na ONU gerou algumas críticas, já que

não condizia com as declarações brasileiras de apoio ao anticolonialismo e à autodeterminação dos povos (BUENO, 2002, p.321).

Com o advento da ditadura militar, em 1964, o general Castello Branco assumiu a Presidência da República e, em conjunto com o seu Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, rompeu com os princípios da PEI. O governo era contrário à ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e o Ocidente, em prol do anticolonialismo. As relações com países do Terceiro Mundo, não-alinhados, socialistas ou com representantes dos povos resistentes ao colonialismo eram vistas como desfavoráveis para o país. Nesse sentido, o Brasil tornou a votar ao lado de Portugal na ONU.

A partir do governo de Costa e Silva, em 1967, o Brasil passou a rever o seu posicionamento de alinhamento automático com os Estados Unidos estabelecido pela gestão anterior e buscou uma política externa com “sentido realista, isenção ideológica, sem espaço para alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas” (CERVO, 2002, p.383).

O Brasil continuou a votar a favor de Portugal por muitos anos, situação que durou até 1973, quando uma série de fatores começou a se manifestar, em indicação de condições favoráveis à mudança da política brasileira para a África. O primeiro sintoma deu-se com a Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, que acarretou na união dos países produtores de petróleo contra Israel, África do Sul e Portugal e ameaçaram parar de fornecer petróleo para os aliados destes países; O Brasil, então, poderia ser prejudicado, esse fato pesou na decisão de deixar de apoiar a política colonial portuguesa.

Em seguida, outras ocorrências contribuíram para a mudança de pensamento acerca do alinhamento com Portugal; a Revolução dos Cravos Vermelhos, em Portugal, e o início do governo Geisel, no Brasil, em março de 1974. Com a crise do petróleo os Estados

Unidos e a Europa fecharam os seus mercados e o Brasil teve de buscar novos parceiros comerciais. A nova presidência passou a priorizar a política brasileira em relação à África. Consta em relatório do Itamaraty, em 18 de julho do mesmo ano, que o Brasil reconheceu a independência da primeira colônia portuguesa a se tornar livre: “o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau, antecipando-se a Portugal e ao mundo ocidental de modo geral” (1974, p.74).

A aproximação brasileira com a África independente era fruto do crescente interesse que este continente representava como parceiro econômico, comercial, político, cultural e histórico. Mas, para que essa parceria evoluísse, era necessária uma ruptura na postura de apoio a Portugal. Sobre a nova atitude política brasileira, Amado Luiz Cervo afirma:

Erodia-se o conceito de comunidade luso-brasileira em 1973, Delfim perdia para Gibson Barbosa, o Brasil não votava mais com Portugal na ONU e negava apoio à repressão portuguesa na África. Em suma, passou a agir pelo interesse próprio e pelo africano, abandonando o alinhamento automático a Portugal (CERVO, 2002, p.422).

Foi nesse contexto de reaproximação com o continente africano que surgiu a idéia no Itamaraty – logo após a Revolução dos Cravos Vermelhos e da assinatura dos Acordos de Alvor – da criação, de ‘Representações Especiais’ em Moçambique e Angola, junto aos governos de transição, que funcionariam como embaixadas antecipadas no período de espera pela independência. Com esse projeto, o Ministro de Estado brasileiro, Azeredo da Silveira, pretendia estabelecer contato político com os futuros dirigentes das colônias, para, desde logo, dar intensidade às relações entre os países.

3.2 Proposta de criação das Representações Especiais em Moçambique e Angola

Depois de ter consultado o Ministro das Relações Exteriores de Portugal, a respeito da criação de tais representações, faltava ao governo brasileiro, lançar a proposta aos líderes dos movimentos africanos. Para tal incumbência foi designado o diplomata Ovídio de Andrade Melo, que na época desempenhava a função de Cônsul-Geral em Londres.

Primeiro, “para quebrar o gelo de eventuais ressentimentos que pudessem ter com a pregressa política brasileira de apoio velado ao colonialismo português”, (ZAPPA *apud* MELO, 2000, p.87) iria ao encontro dos representantes nacionalistas no continente africano, o chefe do Departamento da África no Itamaraty, Ítalo Zappa, depois de um mês e meio, iria Ovídio Melo, para oficialmente fazer a proposta.

Ovídio Melo entrou em contato com os líderes dos três movimentos angolanos e com Marcelino dos Santos, o vice-presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O movimento moçambicano foi o único que não aceitou a proposta brasileira, com a seguinte alegação:

As mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem durante todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal – não estavam acostumadas a considerar o Brasil como um país amigo (*apud* MELO, 2000, p.99).

Um incidente no Rio de Janeiro, em 1964, certamente contribuiu, assim como o apoio brasileiro dado aos portugueses, para a construção do sentimento moçambicano de antipatia com relação ao Brasil. No ano de 1963, um escritório da FRELIMO foi aberto no Rio de Janeiro, com o intuito de inteirar os brasileiros a respeito do drama da guerra anticolonial. Mas em 1964, esse escritório foi totalmente revistado pela polícia brasileira e seus funcionários foram presos e maltratados, só não foram expulsos para Portugal, onde

sofreriam nas prisões da Polícia Internacional e de Defesa do Estado - Pide, polícia política portuguesa, porque o presidente do Senegal, Leopold Senghor, interveio em favor da FRELIMO.

Agostinho Neto, Savimbi e Holden Roberto concordaram com a criação de uma Representação Especial, junto ao governo de transição angolano. Decisão tomada diante das expectativas de uma cooperação mais ativa e de um melhor relacionamento político entre Brasil e Angola.

Aproveitando sua estada em Luanda, Ovídio Melo entrou em contato com alguns ministros de Estado do governo de transição angolano, em áreas que o Brasil poderia desempenhar uma cooperação sem caráter político ou partidário. Dessa forma, foram convidados a visitar o Brasil os ministros do Planejamento, da Saúde e da Educação.

Sobre a recusa de Moçambique a aceitar uma representação brasileira em seu território, Ovídio Melo ressalta em seu artigo ‘O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975’, se tratou de uma atitude política. O Brasil logo abriria uma representação em Angola e a FRELIMO resolveu esperar para conferir qual seria a conduta brasileira no país; as relações entre Brasil e Moçambique dependeriam da atuação do Brasil em Angola. Dessa maneira, a representação brasileira em Luanda “ganharia uma dimensão maior e uma importância decisiva nas relações futuras com a África. Passava a ser o laboratório experimental para as relações com todo um continente” (MELO, 2000, p.102).

O Itamaraty, apesar da reação desfavorável da FRELIMO, decidiu abrir a Representação em Angola e designou Ovídio Melo para o posto de Representante Especial.

3.3 Abertura da Representação em Luanda

Ovídio chegou à Luanda para exercer sua função como Representante Especial do Brasil, em março de 1975. Logo enfrentou diversos problemas logísticos e administrativos que o Itamaraty não fora capaz de solucionar: os recursos eram escassos, faltava pessoal, mas a missão deveria manter a Representação Especial e o funcionamento adequado do consulado brasileiro, além de providenciar a instalação da futura Embaixada, para que essa estivesse pronta para o exercício de suas funções, no dia da independência.

A cidade de Luanda já se preparava para entrar em guerra, quando o Brasil lá se instalou. A cidade parava aos poucos. O comércio, o porto e as construções civis perdiam o ritmo, diversos portugueses retornavam a Lisboa, angolanos ficavam presos em casa sem poder sair para trabalhar, devido aos combates que se iniciaram nos subúrbios, e faltavam mantimentos. Tornaram-se mais freqüentes os combates entre FNLA e MPLA nos bairros ao redor de Luanda, o que provocou a chegada de diversos deslocados para o centro da capital.

A cobertura da imprensa internacional e da própria imprensa brasileira sobre os conflitos na capital destacava a ação do MPLA, segundo Ovídio Melo, “havia o interesse em comover o mundo com os acontecimentos de Angola e jogar todas as culpas sobre o MPLA” (2000, p.108).

Durante o momento da transição política de Angola, no qual três grupos antagônicos disputavam o poder, era importante que o Brasil fosse, a todo o tempo, imparcial, sem o favorecimento de qualquer partido nas disputas eleitorais ou nas lutas que ocorressem.

As declarações do Itamaraty à imprensa evidenciavam o caráter neutro que a missão assumira em Angola. Ovídio Melo ressalta a postura brasileira, em seu artigo, da seguinte forma:

O Brasil não tinha intenção alguma de moldar Angola independente a desígnios da antiga metrópole. Nem tinha qualquer propósito de favorecer a um ou outro dos movimentos negros que em Angola disputariam o poder. Seria isento, absolutamente isento, equânime e neutro entre todos eles e estaria pronto a reconhecer aquele que, sobrevinda a Independência, tivesse alcançado o poder. (2000, p.87)

A luta se intensificou em abril e maio, quando alcançou o centro da cidade de Luanda. O Consulado do Brasil chegou a ter sua fachada lateral metralhada durante uma noite. Devido aos constantes confrontos armados, o toque de recolher das nove da noite foi antecipado para as seis da tarde.

Em meados de julho, Angola entrou num período de expectativas e incertezas políticas. O MPLA conseguiu expulsar o FNLA e a UNITA de Luanda e passou a dominar sozinho a capital, foi o fim do governo tripartite estabelecido pelos Acordos de Alvor. Se, com as limitações impostas pelos Acordos de Alvor, a possibilidade de Angola ser conduzida por um governo socialista era remota, com a ocupação de Luanda pelo MPLA, a situação mudou e a possibilidade de uma política oficial de esquerda para o país cresceu em probabilidade.

Diante de tantas transformações políticas, o governo brasileiro foi pressionado para se retirar da capital angolana. Ítalo Zappa, o chefe do Departamento da África, foi a Luanda para propor à delegação o fechamento da representação brasileira, assim como tinha feito o governo britânico, que havia fechado seu Consulado Geral logo após a vitória do MPLA. Ovídio Melo não aceitou a proposta de fechar a Representação Especial, com a justificativa de que a atitude poderia afetar as relações do Brasil com todo um continente; ainda, questionou:

Se em março havíamos chegado a Luanda com promessas de isenção, equanimidade, neutralidade entre movimentos angolanos que se disputavam o poder – como poderíamos em agosto voltar atrás e retirar a Representação Especial, agora que o MPLA saíra nitidamente vencedor e se aprestava, com indiscutível e amplo apoio popular, a assumir o poder? Se nos retirássemos, estaríamos rompendo toda uma política, sem ter qualquer outra para substituí-la. E não seríamos perdoados tão cedo por essa defecção (2000, p.113).

Mesmo com a recusa de Ovídio Melo de encerrar as atividades da Representação, o Itamaraty ainda não havia deliberado sobre a permanência do Brasil em Angola. A situação só foi decidida quando Portugal reafirmou as promessas do Acordo de Alvor. Em 11 de novembro Angola se tornaria independente e as tropas portuguesas, até aquela data, seriam totalmente retiradas do território angolano; assumiria o poder o partido que estivesse em controle de Luanda na data da independência. O Brasil preferiu manter em Angola sua Representação Especial.

3.4 O reconhecimento de Angola independente pelo Brasil

Em meados de setembro, uma nova fase da guerra se manifestou, com a possibilidade de invasões estrangeiras. Se o MPLA continuasse no controle em Luanda, assumiria o poder assim que os portugueses partissem, mas, era de se esperar, as forças contrárias ao movimento, em Angola e no mundo, empregaram esforço para a retirada do MPLA da capital antes do dia da independência. Foi o objetivo que encontraram as forças sul-africanas para a invasão de Angola pela fronteira sul e conquista de várias cidades a caminho de Luanda.

Coube, nesse contexto, ao Representante Especial, Ovídio Melo, informar ao Itamaraty sobre qualquer movimentação sul-africana a caminho de Luanda. Durante o período, às vésperas da independência, vários países com consulado em Angola, retiraram seus funcionários do país.

O Itamaraty ainda não havia instruído a representação brasileira sobre o reconhecimento do MPLA, contudo, a opinião de Ovídio sobre o assunto era clara: “não havia como, nem deveríamos tergiversar. Ou reconhecíamos na primeira hora – ou me davam instruções para retirar-me imediatamente de Angola com a Representação Especial e todos os funcionários brasileiros” (2000, p.116), sua maior preocupação era com o fato de que, se o Brasil voltasse atrás e retirasse sua Representação, o MPLA se decepcionaria com o governo brasileiro e durante anos ficaríamos sem manter relação alguma com Angola, Moçambique e possivelmente com o restante da África ao sul do Saara.

Ovídio Melo recebeu, dois dias antes da data da independência, a decisão do Itamaraty para que o Brasil de fato reconhecesse a independência de Angola. O Brasil reconheceu o governo autônomo de Angola, através de uma declaração dada à imprensa brasileira, às oito horas do dia 10 de novembro, meia-noite em Angola, devido à diferença de fuso-horário, exatamente no momento em que os últimos portugueses deixavam o país e Agostinho Neto proclamava a independência e assumia o poder.

Nesse sentido “o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola (1975), em gesto que, como o anterior e os outros reconhecimentos (Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), simbolizava a nova união para a África.” (CERVO, 2002, p.422)

A notícia da decisão brasileira foi muito importante para o MPLA, que logo enviou os convites da festa da independência para a delegação brasileira. Ovídio Melo fora designado pelo Itamaraty, Embaixador Especial para a festividade solene.

A maioria dos países que acompanharam o Brasil no reconhecimento do governo socialista do MPLA, como o legítimo representante de Angola independente, eram

socialistas e ‘terceiro mundistas’. Isso causou enorme desconforto nos setores mais conservadores do Brasil, principalmente depois da ampla divulgação internacional de que as tropas cubanas haviam lutado ao lado do MPLA em Angola para expulsar os sul-africanos que planejavam tomar Luanda no dia da independência. A presença cubana em Angola, segundo Ovídio Melo “dava imediatamente àquela guerra uma nova dimensão. O que começara como luta civil financiada e estimulada do exterior, transformava-se agora, cruamente, em mais um episódio da Guerra Fria” (2000, p.121). Como consequência, as pressões internas e externas sobre o Itamaraty, aumentaram. O Brasil, estimulado por essas pressões, hesitou em manter seu reconhecimento, conforme as repercussões negativas se difundiam no país e no mundo.

O Relatório do Itamaraty do ano de 1975 fez uma tímida observação a respeito do reconhecimento, omitindo o fato de que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo angolano. Relata o seguinte: “Destarte, ao reconhecer em 11 de novembro de 1975 – e portanto na data de sua independência – o Governo instalado em Luanda, o Brasil o fazia em conformidade com os princípios de sua política de não intervenção e de respeito à autodeterminação.” (1975, p.112).

3.5 As repercussões brasileiras e mundiais da reconhecida soberania de Angola

Com o reconhecimento, o Brasil recebeu duras críticas da direita brasileira. Para os mais tradicionais, era inaceitável a posição de fortuito alinhamento brasileiro com os países socialistas e Cuba, em desarmonia com os Estados Unidos, que a política adotada pelo Brasil desencadeara. A imprensa nacional deu destaque ao assunto e afirmou que, ao reconhecer o governo do MPLA, o Brasil não estava sendo imparcial como havia anunciado meses antes.

Um artigo publicado no jornal Estado de São Paulo, em dezembro de 1975, tratou o reconhecimento de Angola pelo Brasil como decisão tomada à mercê da vontade de um só agente, o diplomata Ovídio Melo, que representava em missão especial o Itamaraty em Luanda. Por ter inclinação política conservadora, o periódico diminuiu o Ministério das Relações Exteriores à vista pública, uma vez que a verdade residia no fato de que o órgão havia declarado em momento anterior à imprensa o reconhecimento oficial. Nas grandes capitais do país, ganharam seqüência em artigos jornalísticos acusações sem fundamento, que tinham como alvo principal Ovídio Melo; em tom de denúncia permanecia a crítica sobre a suposta imparcialidade do diplomata.

Na tentativa de informar a população, através de entrevistas concedidas a jornalistas a respeito da importância da manutenção daquela política em Angola, que tinha por finalidade fortalecer as relações entre os dois países e diminuir a distância entre os continentes, Ítalo Zappa, chefe do Departamento da África, foi acusado pelos próprios colegas do Itamaraty, avessos a política adotada pelo Brasil, de estar em própria promoção, “buscando notoriedade” (MELO, 2000, p.123).

O Itamaraty, diante de tantas críticas, não se manifestou de forma pertinente, nem se mobilizou para contrariar a onda de alegações nacionais e estrangeiras desfavoráveis ao reconhecimento de Angola, ao mesmo tempo, demonstrava a intenção de distanciamento das relações com o país, na medida em que sequer respondia às solicitações angolanas de comércio.

Surgiu uma lacuna perigosa para um relacionamento que havia apenas começado. O Itamaraty parecia cogitar mudar sua posição em relação a Angola. Ovídio Melo explica que:

O Itamaraty julgava poder esperar, deixar passar o tempo, para ver se a vitória final do MPLA contra seus inimigos, se a expulsão dos invasores de Angola, se os novos reconhecimentos que Angola ia recebendo, da Comunidade Européia, de países africanos conservadores – acabariam por fazer cessar a campanha da imprensa contra o reconhecimento brasileiro (2000, p.124).

Apesar do receio do Itamaraty em confrontar as pressões externas e internas que se opunham ao reconhecimento de Angola, o Brasil não cedeu a tais pressões e manteve seu reconhecimento. A Representação Especial em Angola deu lugar a Embaixada na passagem do ano de 1975 para 1976, quando foi assinado pelo presidente Geisel, o decreto que oficializava a criação da Embaixada do Brasil em Luanda.

A partir de 1976, o MPLA, que já havia expulsado de seu território grande parte das forças da FNLA e os invasores sul-africanos, executado e prendido os mercenários europeus contratados pela CIA, passou a ser reconhecido como o legítimo governo angolano por países africanos e europeus, incluindo o governo português, países que haviam resistido a conceder o reconhecimento na data da independência. Angola entrou para a OUA e se preparava para entrar na ONU. Com todas as transições políticas que consolidavam o MPLA como o único poder angolano, o Brasil sentiu-se mais confortável para realizar comércio com Angola, que cresceu muito rapidamente nos anos seguintes.

Em 1978, já passados três anos da independência de Angola, a questão do reconhecimento dado pelo Brasil voltou à tona. Depois da demissão pelo presidente Geisel, o ministro do Exército, Silvío Frota, acusou a existência de uma “comunização” na política brasileira, partida do reconhecimento do governo do MPLA em Angola (MELO, 2000, p.129).

Também, em 1978, um ex-agente da CIA, Robert Stockwell, lançou um livro com grande repercussão na imprensa mundial, em que contava sobre a atuação da CIA

em Angola. O autor fez algumas observações sobre o papel do Brasil diante das transformações que o país africano vivia naquela época e questionou uma suposta duplicidade na política com Angola, Ovídio Melo afirma:

[Robert Stockwell] não podia compreender como o Brasil, ao mesmo tempo em que tinha uma Representação Especial em Luanda, com boas, cordiais, senão amistosas relações com o MPLA permitia que alguns brasileiros, alguns até fardados com o uniforme do exército, aparecessem como “conselheiros” de Holden Roberto, em Kinshasa, e depois na invasão de Angola, que a FNLA empreendeu, quando tentou chegar a Luanda antes da independência (2000, p.130).

O Itamaraty manifestou contrariedade ao que Stockwell havia publicado e não empreendeu investigação sobre os nomes dos envolvidos. A imprensa brasileira, igualmente, não demonstrou interesse sobre o assunto, talvez pelo momento em que tudo ocorreu, não seria prudente fazer provocações políticas ao Estado brasileiro nos tempos da ditadura militar, pois notícias relacionadas ao tema iriam dirigir inevitáveis críticas às forças armadas.

Outra proposição de Stockwell incomodou o Itamaraty. Em seus relatos constava que a CIA fez pressões ao Brasil, pois não via bem o envolvimento brasileiro com o MPLA. Ainda, segundo o ex-agente, o serviço de inteligência estadunidense queria o Brasil fora de Angola, os Estados Unidos concentravam interesses na derrota política do MPLA, que, com a independência, assumiu o poder. O Ministério das Relações Exteriores não demorou a dar esclarecimento de que jamais houve qualquer pressão da CIA ou dos Estados Unidos, nem de qualquer outra agência ou país, que isso seria inaceitável, uma ofensa ao Itamaraty e, por sua vez, a soberania nacional.

CONCLUSÃO

Até a década de 1960, o Brasil possuía uma política de alinhamento automático com as potências ocidentais, sem qualquer empenho para o desenvolvimento de uma política específica para a África, que se tornava independente. Essa situação só teve mudança com a iniciativa da adoção da Política Externa Independente, no ano de 1961, pela qual passou a ser dedicada atenção devida ao continente africano. Porém, sem se desvencilhar de Portugal na ONU, o Brasil se abstinha nas votações relacionadas ao anticolonialismo. Faltava ao Brasil um posicionamento mais firme, no que se referia às questões sobre o continente africano, em decorrência dos vínculos históricos mantidos com Portugal.

O Brasil continuou a favorecer Portugal na ONU, por anos, até que, na década de 1970, diversos fatores contribuíram para que houvesse uma mudança significativa na maneira como o país se comportava ante a África Negra. Quando o governo brasileiro percebeu a necessidade de aproximação com novos parceiros comerciais e a importância que o mercado africano poderia ter para o Brasil, passou a ser dada maior abertura para que se criassem vínculos com o continente; nesse contexto, o Brasil deixou de prestigiar Portugal e deu início aos contatos com a África Portuguesa, que vivia a intensidade de um estado de transição para a independência.

As relações com Angola somente se tornaram possíveis, com a resolução do Itamaraty de instalar nessa região Representações Especiais, no momento em que já se previa a liberdade da colônia.

O reconhecimento de Angola pelo Brasil, dado ao ano de 1975, destacou-se como um ato de muita coragem e de caráter excepcional, em um tempo em que inúmeras

limitações políticas estavam impostas pelo regime autoritário. O Ministério das Relações Exteriores, sob fortes pressões internas e externas, contrárias à política brasileira para Angola, decidiu por manter o reconhecimento de um governo socialista no país africano, diante de uma realidade onde, para a direita brasileira e os Estados Unidos, não era bem vista essa tomada de apoio. Houve momento em que governo brasileiro se mostrou hesitante e pareceu cogitar a possibilidade mudança para atitude assumida, o Itamaraty parecia apático, sem maiores esclarecimento dos rumores que tomavam conta da mídia.

Era de grande importância para o Brasil a conquista da confiança dos demais governos africanos, de modo que a atuação política do país em Angola passou a servir como demonstração das intenções brasileiras no outro continente. A estratégia motivou o Brasil a manter o reconhecimento do governo angolano, mesmo se tratando de uma política com base de esquerda. As muitas pressões sofridas pelo Brasil na época não foram suficientes, uma vez que, apesar de discreta, sua posição permaneceu em favor do governo angolano.

Angola representou historicamente para o Brasil a porta de entrada para a África Negra. As relações iniciadas entre os países foram fundamentais para o estreitamento da distância entre nós, brasileiros, e os povos africanos. As duas nações, ao longo do tempo, firmaram laços de confiança e respeito mútuo e revelaram ligações históricas, étnicas e culturais, que apenas reforçaram a união de amizade entre os Estados.

REFERÊNCIAS

- ARGUELHES, Delmo. 'A independência de Angola e suas relações com o Brasil (1960/95)'. In: *Em tempo de histórias: cadernos da pós-graduação em história*, Brasília, ano 1, n. 1, p. 55-61, 1. sem. 1995.
- BECKETT, Ian. 'Angola, três grupos guerrilheiros para uma só revolta'. In: *Guerra na Paz*, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984, p. 540-544.
- BOAVIDA, Américo. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Lisboa: Ed 70, 1967.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1974*. Brasília, 1974.
- _____. *Relatório 1975*. Brasília, 1975.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- CHALIAND, Gérard. *A luta pela África: estratégias das potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CRUZ, Anamaria da Costa; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. *Elaboração de referências (NBR 6023/2002)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2002.
- DAVIDSON, Basil. *Angola: no centro do furacão*. Lisboa: Edições Delfos, 1974.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- FERRO, Marc. 'Libertação ou descolonização'. In: _____. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 346-388.
- GADDIS, John L. 'Implementing flexible response: Vietnam as a test case'. In: ART, Robert J.; WALTZ, Kenneth N. (Ed.). *The use of force: military power and international politics*. 6th ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003, p. 221-246.

HALPERIN, Morton H. 'The Korean War'. In: ART, Robert J.; WALTZ, Kenneth N. (Ed.). *The use of force: military power and international politics*. 6th ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003, p. 181-196.

HIRSON, Zenaide Scotti. *O Brasil e a questão colonial portuguesa: o caso angolano*. Dissertação. (Mestrado em História). Departamento de Geografia e História. Universidade de Brasília: Brasília, 1979.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Lisboa: Europa-América, 1972, 2 v.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NYE, J. S. *Understanding international conflicts: na introduction to theory and history*. 4th ed. New York: Longman, 2002.

OLIVER, Roland; FAGE, J. D. *Breve história de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

RANGER, Terence O. 'Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista'. In: BOAHEN, A. Adu (coord.). *História Geral da África: a África sob dominação colonial. 1880-1935*. São Paulo: Ática, 1991. v. 7, p. 69-86.

SARAIVA, José Flavio Sombra (org). *Relações internacionais: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: IBRI, 2001, v. 2.

TOASE, Francis. 'Declínio e queda, o rápido fim do império português'. In: *Guerra na Paz*, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984, p. 537-539.

ZAU, Filipe. *Angola: trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

CONSULADO GERAL DE ANGOLA NO RIO DE JANEIRO. Disponível em <http://www.consuladodeangola.org>. Acesso em: 10 abr 2008.

GOVERNO DE ANGOLA. Disponível em <http://www.angola.gov.ao>. Acesso em: 10 abr 2008.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 20 out 2007.

MELO, Ovídio de Andrade. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975, *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro: Cebela, v. 7, n. 2, p.75-133, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>. Acesso em: 10 maio 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA. Disponível em <http://www.mirex.gv.ao/angola>. Acesso em: 10 abr 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 20 mar 2008.